

Universidades e Desenvolvimento Sociocultural Local:
um estudo sobre a atuação da UFLA na microrregião de Lavras, MG
*Universities and Local Socio-Cultural Development: a study on the
performance of UFLA in the microregion of Lavras, MG*
*Universidades y Desarrollo Sociocultural Local: un estudio sobre
la actuación de la UFLA en la microrregión de Lavras, MG*

Luciana Braga Silveira*, Patrícia Aparecida Ferreira** e Eloísa Helena de Souza Cabral***

RESUMO

Este artigo examina como os processos de institucionalização da cultura nas universidades podem reverberar nas políticas públicas municipais voltadas para o desenvolvimento sociocultural regional. Analisou-se, por meio das informações obtidas em grupos focais, de reuniões com setores culturais e com o poder público local, a influência mútua entre os processos de elaboração do Plano de Cultura da Universidade Federal de Lavras (UFLA) e de criação dos sistemas municipais de cultura da microrregião de Lavras-MG. Apresenta-se a realização do mapeamento cultural de Lavras como decorrência da aproximação entre a UFLA e a gerência de cultura da prefeitura do município. Discutiu-se a função mediadora da universidade para a descentralização das políticas, difusão de conhecimento, diversificação das atividades e capacitação dos agentes. Indicamos especial atenção para a manutenção de um ambiente de diálogo institucional e de dinâmica inovadora com os agentes culturais locais.

Palavras-chave: Política cultural. Universidades. Desenvolvimento sociocultural local. Sistema Nacional de Cultura. Mediação social.

ABSTRACT

This article examines how institutionalization of culture in universities can reverberate in municipal public policies for regional socio-cultural development. The mutual influence between the elaboration of the UFLA Culture Plan and the creation of the Municipal Culture System of the Lavras micro-region was analyzed through information obtained from focus groups, meetings with culture sectors and the local public government. The cultural mapping of Lavras that resulted from approximation of UFLA and the municipal administration is presented herein. The mediating role of universities in the decentralization of policies,

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Atualmente é professora do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras. E-mail: lubragasil@gmail.com

** Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais, Brasil. Atualmente é professora do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras. E-mail: paf@dae.ufla.br

*** Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora adjunta no Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras. E-mail: eloisa.cabral@dae.ufla.br

Artigo recebido em jun./2017 e aceito para publicação em jan./2018.

dissemination of knowledge, diversification of activities and training of agents is discussed. We stress the importance of maintaining a sound environment for institutional dialogue and innovative dynamics with local cultural agents.

Keywords: Cultural Policy. Universities. Local Socio-cultural Development. National Culture System. Social Mediation.

RESUMEN

Este artículo examina como los procesos de institucionalización de la cultura en las universidades pueden reverberar en las políticas públicas municipales dirigidas al desarrollo sociocultural regional. Se analizó, a través de las informaciones obtenidas en grupos focales, de reuniones con sectores culturales y con el poder público local, la influencia mutua entre los procesos de elaboración del Plan de Cultura de la Universidade Federal de Lavras (UFLA) y de creación de los sistemas municipales de cultura de la microrregión de Lavras-MG. Se presenta la realización del mapeo cultural de Lavras como consecuencia del acercamiento entre la UFLA y la gerencia de cultura del Ayuntamiento Municipal. Se discutió la función mediadora de la universidad para la descentralización de las políticas, difusión de conocimiento, diversificación de las actividades y capacitación de los agentes. Se apunta una atención especial al mantenimiento de un entorno de diálogo institucional y de dinámica innovadora con los agentes culturales locales.

Palabras clave: Política cultural. Universidades. Desarrollo sociocultural local. Sistema Nacional de Cultura. Mediación social.

INTRODUÇÃO

Cultura e educação possuem uma relação intrínseca. Não há como falar em reprodução e reinvenção da sociedade sem pensar em transmissão de conhecimentos, valores, perspectivas, repertório simbólico. Nesse sentido, a existência de instituições que possibilitem desenvolver capacidades cognitivas e subjetivas é condição fundamental para a atuação social dos sujeitos e coletividades (BARROS; CERRETI, 2015).

Cultura, assim como a educação, é um direito do indivíduo, listado pela Constituição de 1988 no rol dos direitos fundamentais e, portanto, deve ser garantido pelo Estado. A garantia dos direitos culturais tem exigido condições materiais e ações específicas para sua realização, necessitando de organização institucional e políticas públicas específicas. Nesse sentido, verifica-se a importância da criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), sob as diretrizes do Plano Nacional de Cultura (PNC), que busca fortalecer institucionalmente a cultura no país e, inclusive, estimular a intersectorialidade nas políticas públicas.

A aprovação da Lei 12.343, que instituiu o Plano Nacional de Cultura em 2010, representa uma transição paradigmática da gestão pública da cultura do Brasil. Resultado de um longo e intenso debate, que contou com a participação direta de diversos agentes culturais do país, o PNC foi construído com base nas premissas da valorização da diversidade cultural do país, do direito dos cidadãos de participação na elaboração e gestão das políticas culturais e do direito à produção e fruição da cultura.

A relevância da instituição do PNC refere-se à criação de instrumentos que possibilitem a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura. Além disso, o PNC ressalta a importância da produção de informações locais qualificadas sobre a cultura nos municípios e estados, de forma a descentralizar esse processo e garantir informações de teor mais fidedigno, o que seria facilitado pela participação de atores locais.

A possibilidade de efetivação do PNC está diretamente relacionada com o estabelecimento de um pacto federativo entre União, estados e municípios, por meio do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

O SNC se configura como um modelo de gestão da cultura que integra os sistemas municipais, estaduais e distrital de cultura, e os sistemas setoriais em processo de criação, tendo como órgão coordenador, em âmbito nacional, o Ministério da Cultura. Visa-se, dessa forma, à economicidade, eficiência, eficácia, equidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos. Pode-se compreender como objetivos do SNC a formulação e implantação de políticas públicas democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil (BRASIL, 2011).

Para aderir ao SNC, municípios e estados devem organizar uma estrutura político-administrativa composta, no mínimo, pelos seguintes elementos: órgãos gestores de cultura, sistemas de financiamento da cultura, conselhos de políticas culturais e planos de cultura.

O PNC é fundamentado em uma concepção ampliada de cultura, que abarca a sua dimensão simbólica, política e econômica. A simbólica relaciona-se à diversidade dos modos de vida presentes na sociedade, que se expressam material e imaterialmente, por meio das artes, costumes, ritos, valores. A política se traduz na compreensão da cultura como um direito inalienável do sujeito, cujas possibilidades de expressão, criação e fruição devem ser asseguradas pelo Estado. Em termos econômicos, a cultura pode ser compreendida como um sistema de produção, composto por uma cadeia produtiva que articula produção, distribuição e consumo, bem como elemento estratégico do desenvolvimento socioeconômico, compatibilizando modernização, inclusão social e promoção humana (BRASIL, 2011).

Analisando a experiência da elaboração do Plano de Cultura da Universidade Federal de Lavras (UFLA), pretende-se compreender neste trabalho a relação de influência mútua entre o processo de constituição de uma política institucional da universidade e a criação dos sistemas municipais de cultura da microrregião de Lavras. Dessa forma, espera-se refletir sobre como os processos de institucionalização da cultura nas universidades podem reverberar nas políticas públicas municipais voltadas para o desenvolvimento sociocultural regional.

1 METODOLOGIA

Este trabalho é resultado de uma reflexão sobre o contexto de elaboração do Plano de Cultura da Universidade Federal de Lavras (UFLA-MG) – que é parte do processo de construção de uma política institucional de cultura – e da aproximação da universidade aos agentes culturais da microrregião de Lavras.

O processo aqui relatado e analisado foi alvo de observação direta dos autores, que estiveram envolvidos no seu desenvolvimento. Realizaram-se grupos focais, reuniões e conversas informais com a comunidade acadêmica e gestores de cultura da região de Lavras, em que foi possível levantar informações, expectativas e posicionamentos dos atores envolvidos no processo analisado.

Adotou-se neste trabalho uma abordagem analítica que pretendeu enfatizar as condicionantes socioculturais que podem vir a incidir nas escolhas dos gestores, repercutindo nas ações políticas e administrativas em relação à cultura (REIS, 2010).

Dessa forma, privilegiou-se a análise das características locais que favorecem a objetivação de certas problemáticas sociais e atribuem autoridade ao agente social que se afirma como porta-voz (UFLA), bem como dos fatores institucionais que têm interferido nas tomadas de decisão políticas.

2 POLÍTICA PÚBLICA E BUROCRACIA DE RUA

Compreender o significado de política pública não é uma tarefa fácil, pois como um termo polissêmico engloba muitas conotações e envolve ações tanto do Estado quanto da sociedade. Assumindo o significado de Reis (2010) de que a política pública pode ser compreendida como efeito de processos históricos e

sociais mais amplos, que definem o espaço das questões e dos procedimentos possíveis e legítimos, procura-se destacar as possíveis relações entre suas fases de formulação e implementação, de modo a enfatizar o papel do burocrata de rua.

Para que as políticas públicas atendam aos anseios da sociedade, é preciso haver planejamento e permanente interação entre governos e sociedade, de forma que sejam pactuados objetivos e metas que orientem a formulação e a implementação das políticas públicas (CASTRO; OLIVEIRA, 2014).

Rua (1997) orienta que a mera formulação de uma política e a consequente elaboração de um plano não garantem a viabilidade de sua implementação. Segundo essa autora, existem algumas condições necessárias para que uma política pública tenha boa implementação: a) o programa deve dispor de tempo e recursos suficientes; b) em cada estágio de implementação deve haver a combinação de recursos necessária para cumprir seus objetivos; c) deve haver completa compreensão quanto aos objetivos a serem atingidos; d) é necessário que haja perfeita comunicação entre os vários elementos envolvidos no programa.

A implementação, segundo Oliveira (2006), representa a forma pela qual as políticas mudam e passam de diretivas administrativas para a prática, mediadas por um número de atores sociais que criam um processo circular caracterizado por relações recíprocas de poder e negociação. O mesmo autor destaca, ainda, que essa etapa do ciclo requer um entendimento de sua complexidade e de sua interação com o processo de planejamento; ou seja, o resultado de um processo de planejamento, incluindo sua implementação, tem de ser visto como uma série de eventos que dependem de uma cadeia complexa de interações recíprocas para que obtenham o resultado esperado.

A implementação da política pública, portanto, deve ser considerada como um momento que possui estrutura e dinâmica próprias (LIMA; D'ASCENZI, 2014) permeadas por questões institucionais e de contexto que interferem na ação do implementador (FARIA, 2012). Esta fase compreende o processo interativo de formulação, implementação e reformulação, no qual a burocracia responsável pela implementação se caracteriza como uma das principais variáveis explicativas.

Lipsky (1980), Lima e D'Ascenzi (2013) e Lotta (2012) explicam o papel que as burocracias de nível rua exercem no processo de implementação. De acordo com esses autores, as burocracias de nível de rua representam as agências nas quais os trabalhadores interagem diretamente com os cidadãos na prestação de serviços públicos, tais como universidades, hospitais, delegacias de polícia, entre outros. Essas instituições exercem grande influência na vida dos cidadãos, pois vivenciam as comunidades onde atuam; recebem e transmitem as expectativas dos usuários sobre serviços públicos; dominam a forma de tratamento dos cidadãos e medeiam aspectos da relação institucional dos cidadãos com o Estado (LOTTA, 2012).

Como *locus* de ação pública e mediação das relações cotidianas entre o Estado e os cidadãos, Lotta (2012) destaca a necessidade de olhar para atuação das burocracias de rua na implementação das políticas públicas, visto que há uma distância entre os objetivos originalmente concebidos pelos formuladores e a atuação dessas

instituições na execução das políticas. Segundo a autora, os burocratas de nível de rua são marcados por uma série de interações que se realizam nos sistemas político, institucional, organizacional e comunitário, que influenciam nas suas capacidades de ação e conseqüentemente no processo de implementação das políticas.

Sobre o papel intermediador que exercem as burocracias de rua, Lotta (2012) esclarece que elas conseguem estabelecer pontes entre diferentes universos representados pelo Estado e as comunidades locais, de modo a levar e trazer informações que produzem novos valores e novas condutas na implementação das políticas públicas. O processo de implementação por meio dessas instituições também é influenciado pela capacidade do Estado de prover recursos para ação dessa burocracia; pelo nível de desenvolvimento da burocracia (formação e qualificação); e pela centralização/descentralização do Estado (LOTTA, 2012).

Fundamentando-se na perspectiva que reconhece a implementação de políticas públicas a partir de grupos mutiorganizacionais (burocracias de rua), com diversos atores que constroem estruturas de implementação a partir de suas interações (LOTTA, 2012), torna-se relevante destacar o papel das universidades enquanto uma burocracia de nível de rua capaz de prover desenvolvimento na área da cultura.

3 UNIVERSIDADES, CULTURA E DESENVOLVIMENTO

A noção hegemônica de desenvolvimento, de viés essencialmente economicista, tem sido submetida a diversas críticas, sobretudo diante da percepção da falibilidade das políticas públicas orientadas por essa abordagem, e de sua impotência na resolução da pobreza e da desigualdade de oportunidades. Esse debate tem alimentado boa parte dos eventos e acordos internacionais produzidos por instituições multilaterais a partir do final do século XX. A necessidade de rediscutir os modelos socioeconômicos e políticos que desconsideram os limites biofísicos do planeta e as singularidades locais tem apontado a cultura como uma dimensão essencial a ser considerada na formulação de políticas públicas voltadas para a construção de sociedades sustentáveis.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em 1992, entre os documentos aprovados, destacou-se a Agenda 21, um plano de ações para se alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável. A Agenda ressaltava a necessidade do compromisso das cidades com o desenvolvimento cultural. Recomendava-se a interlocução do poder público com a sociedade civil para a gestão das cidades, a fim de que se pudesse implementar e gerir as estratégias de desenvolvimento, respeitando as especificidades culturais de cada localidade.

O aprofundamento desse debate, desencadeado, sobretudo pelo Fórum Mundial da Cultura, realizado em Barcelona, em 2004, tem destacado a dimensão da cultura como o quarto pilar do desenvolvimento sustentável. Para a promoção do desenvolvimento sustentável, seria necessário elaborar políticas e ações voltadas ao desenvolvimento do ser humano e suas potencialidades no campo das artes e da cultura em geral.

Em 2007, a CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos), uma entidade internacional que reúne cerca de 450 cidades, propôs a Agenda 21 da Cultura, que prevê a articulação das políticas culturais com políticas sociais, econômicas, educativas, ambientais e urbanísticas, considerando os parâmetros culturais na gestão do espaço urbano, bem como no planejamento territorial (OLIVEIRA JÚNIOR, 2015).

Matoso (2010) destaca a emergência de um novo paradigma de desenvolvimento em que a cultura é equacionada à ideia de desenvolvimento humano: o Desenvolvimento Humano Sustentável, que abrangeria a erradicação da pobreza, a promoção da equidade e inclusão social, a igualdade étnica e de gênero, a sustentabilidade ambiental, participação política e direitos humanos. Tais aspectos seriam considerados determinantes para o aumento da qualidade de vida humana.

Essa nova perspectiva de desenvolvimento, que possibilitaria não apenas o acesso a bens e serviços, mas também a oportunidade de escolher formas de vida coletiva consideradas mais plenas (MATOSO, 2010), dá especial atribuição às instituições de ensino, sobretudo às universidades.

Santos (2016), Bernheim e Chauí (2008) enfatizam o papel social das universidades, promovendo a coesão social, o aprofundamento da democracia, a luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.

Segundo Hunger et al. (2014), por meio de suas atividades de extensão, as universidades têm a possibilidade de traduzir seus conhecimentos para as comunidades locais. A extensão universitária, ao articular ensino e pesquisa, viabilizaria a transformação societária, assumindo a tarefa de agente de implementação de outras políticas públicas, principalmente, daquelas que necessitam de uma orientação intersetorial, em razão de seu caráter multidimensional, como pobreza, meio ambiente, igualdade de gênero, cultura e saúde (COSTA; BRONZO, 2012).

Observa-se que a responsabilidade social dessas instituições, na visão dos autores citados, está profundamente alinhada às prerrogativas do Desenvolvimento Humano Sustentável.

A experiência da UFLA, em seu processo de constituição do Plano de Cultura da universidade, retrata um esforço de absorção e interpretação de demandas externas e internas à instituição, no que se refere ao desenvolvimento de um processo de gestão cultural que contribua com a dinamização da produção cultural na região.

4 A UNIVERSIDADE PÚBLICA COMO MEDIADORA SOCIAL DAS POLÍTICAS CULTURAIS: a experiência da UFLA

A UFLA se localiza em Lavras, município situado na mesorregião Campo das Vertentes, no ponto de confluência entre o sul e o oeste do estado de Minas Gerais, uma região de grande densidade demográfica. Em um raio de 100 km do município existem outras 95 cidades, com uma população de aproximadamente 1,5 milhões de pessoas.

A microrregião de Lavras tem uma população de aproximadamente 150.000 habitantes, que apresentam um bom nível educacional. Lavras se destaca como polo da microrregião, oferecendo aos pequenos municípios circundantes serviços de educação e saúde, bem como disponibilizando diversos produtos em um comércio bastante variado. Entretanto, ainda se constata em toda a microrregião uma carência de espaços que propiciem atividades culturais diversificadas, importantes para a formação e fruição cultural de seus habitantes.

Da mesma forma, nenhum município da microrregião instituiu seu Sistema Municipal de Cultura, não contando com políticas culturais sólidas que proporcionem atividades continuadas e que atuem na formação artística e cultural da população de maneira sistemática. Destaca-se também que não há considerável diversidade de opções culturais na região, prevalecendo a exibição de espetáculos que podem ser caracterizados como grandes shows de apelo midiático, realizados em alguns megaeventos ao longo do ano.

A Universidade Federal de Lavras, criada no início do século passado por missionários norte-americanos, sempre teve um papel relevante no desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade e seu entorno, contribuindo para a difusão de conhecimentos ligados às técnicas agrícolas, como também exercendo influência no desenvolvimento do esporte. Isso contribuiu para que a UFLA adquirisse uma legitimidade política na região, o que faz com que a universidade, em diversas circunstâncias, seja chamada a atuar na concepção e implementação de políticas públicas em Lavras e entorno.

A UFLA possui um conjunto arquitetônico, atualmente denominado Campus Histórico, que integra a área da universidade. Esse conjunto, com suas edificações, possui um valor histórico-cultural no contexto urbano da cidade de Lavras, principalmente se se considera que grande parte do patrimônio arquitetônico do município foi demolido no processo de expansão da cidade.

Em 2015, a UFLA participou de um edital do Ministério da Cultura e da Educação que incentivava a criação de Planos de Cultura nas Instituições Federais de Ensino. Dessa forma, havia a expectativa de que as universidades proponentes fossem induzidas a elaborar um plano de caráter mais processual e com uma temporalidade maior.

Observa-se que o lançamento do Programa Mais Cultura nas universidades contribuiu para preencher uma lacuna que existia em relação ao papel das universidades públicas no Sistema Nacional da Cultura. Na medida em que fomenta a criação de Planos de Cultura nas universidades, reafirma a responsabilidade dessas instituições de garantir a pluralidade de gêneros, valorizando a diversidade sociocultural e a multidimensionalidade da cultura, abrangendo seu aspecto simbólico e sua potencialidade para o desenvolvimento econômico sustentável e para a promoção do direito de produção e acesso a bens culturais. Estes planos não estariam limitados ao espaço e aos públicos dessas instituições; eles também deveriam incorporar ações de desenvolvimento cultural para os territórios nos quais estão localizadas as universidades.

Nesse contexto, a UFLA é estimulada a redirecionar suas ações em relação à cultura, no sentido de fortalecer seu papel como um vetor de desenvolvimento sociocultural de sua região de abrangência, cuja finalidade última seja o aprimoramento humano, empoderando os sujeitos para que possam expandir o seu rol de escolhas e possibilidades.

Desse modo, internamente à instituição, inicia-se uma discussão acerca dos limites das ações culturais pontuais, caracteristicamente episódicas e de cunho eventual. O debate tem girado em torno da necessidade de se pensar a cultura em médio e longo prazo na instituição e de sua responsabilidade na mobilização dos órgãos culturais locais, no sentido de formular políticas e planos de cultura e instituir os sistemas municipais de cultura.

Para tanto, foi necessário iniciar um processo de estruturação das atividades culturais, por meio de um plano de cultura que atuasse em relação aos seguintes eixos: a) formação artística; b) formação em gestão cultural; c) formação de público; d) produção e exibição de conteúdo audiovisual; e) apoio a projetos socioculturais locais; f) estruturação e aparelhamento de espaços e grupos culturais da UFLA. A definição desses eixos foi realizada a partir do I Encontro de Cultura da UFLA e das reuniões com os gestores públicos de cultura de Lavras e região.

O I Encontro de Cultura foi um momento em que a universidade, de uma maneira sistematizada e formalizada, reuniu-se para discutir a questão da cultura na instituição. Esse evento trouxe à tona a conjuntura da Política Nacional de Cultura, suas repercussões na implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e a reverberação desse contexto nas práticas culturais do país. A discussão abrangeu o papel das universidades públicas no SNC e a sua responsabilidade social, no sentido possibilitar uma formação mais plena e integrada dos cidadãos, buscando contribuir para o acesso aos direitos culturais garantidos constitucionalmente.

As reuniões realizadas com os gestores públicos de cultura da região de Lavras permitiram verificar uma grande demanda por formação em gestão cultural e pelo apoio à criação dos Sistemas Municipais de Cultura (SMC). Os gestores demonstraram dificuldade em empreender os arranjos institucionais necessários para a criação dos SMC, identificando uma excessiva burocratização nos processos e a falta de suporte do Ministério da Cultura e da Secretaria Estadual de Cultura.

De fato, a gestão cultural no Brasil ainda é exercida de modo amador. Além disso, pesa o fato de que são escassas as políticas voltadas para a formação de gestores. Da mesma forma, as pesquisas sobre gestão cultural ainda são incipientes no Brasil.

Esse novo paradigma, que se consolida no país com o Plano Nacional de Cultura (PNC), exige profissionais e gestores públicos capacitados para agir no campo da cultura, conhecimento profundo da realidade local (em termos quantitativos e qualitativos), planejamento, orçamento coerente, ações de monitoramento e avaliação das ações implementadas.

Dessa forma, a UFLA enquanto uma burocracia de rua se vê diante de um cenário que exige a construção de uma política institucional de cultura permeável às

especificidades e demandas locais, as quais apontam para a necessidade de qualificação técnica dos gestores e agentes culturais, de forma que se criem as bases humanas e infraestruturais das políticas culturais municipais.

Para Silva (2001), as atividades fundamentais da universidade estariam vinculadas ao seu caráter público, devendo esta instituição estar aberta às demandas sociais. Por não estar limitada às injunções do mercado, a universidade pública poderia cumprir o seu papel histórico e social do conhecimento, mantendo com a cultura uma relação intrínseca.

O diálogo entre Estado, universidade e sociedade, na formulação e monitoramento das políticas de cultura, tem se tornado uma das diretrizes das agências nacionais e internacionais de fomento e apoio à cultura. O envolvimento desses atores mostra-se um dos possíveis caminhos a serem seguidos nesse processo de construção de políticas de longo prazo, contribuindo para democratizar as áreas de produção, distribuição e consumo da cultura.

Santos (2016) considera que a área de extensão tem um significado muito especial para a universidade do século XXI. Esta deveria ter uma participação ativa no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e na defesa dos direitos culturais.

A implementação do SNC estimula ainda mais o debate acerca do papel do Estado em criar as condições humanas e materiais para a promoção da diversidade cultural, garantindo a todos os cidadãos o direito de produção e fruição da cultura.

Contudo, os desafios são gigantescos, sobretudo no que se refere às pequenas e médias cidades, com pouca infraestrutura e orçamento para cultura, com ausência de políticas culturais de caráter permanente, com baixa qualificação dos técnicos e gestores culturais.

De acordo com Calabre (2009), a ação na área da cultura tem se limitado ao acontecimento episódico, ao evento, inclusive por parte de muitos dos gestores da área pública. Refletindo sobre o problema da descontinuidade das políticas públicas que assola o Brasil, Calabre (2009) destaca o grande desafio de criar projetos que não sejam desmontados a cada nova administração, gerando um ciclo contínuo de desperdício de recursos e de trabalho. Certamente, qualquer processo de gestão requer diretrizes, planejamento, execução e avaliação de resultados, e com a cultura não é diferente.

Verifica-se que a implementação do SNC produz resultados específicos em relação às realidades socioculturais locais. As condições políticas e socioculturais de Lavras e região têm suscitado que a UFLA assuma um protagonismo neste processo, atuando como verdadeira mediadora social da política cultural local, o que reforça o seu papel de instituição com natureza de burocracia de rua.

O conceito de mediação social tem sido utilizado nas análises de projetos de desenvolvimento implantados. Segundo Deponti e Almeida (2015), na implementação destas ações e programas entram em contato culturas e universos de significação distintos.

De acordo com Medeiros e Marques (2012), a mediação é resultado da atuação de um agente ou detentor de um poder institucionalizado por uma organização que

assume o papel de aproximar grupos distintos. O mediador estabeleceria uma aliança entre esses dois mundos.

Constata-se que, no processo de elaboração de um plano de ação cultural para os próximos anos, e na definição das diretrizes de uma política institucional de cultura, a UFLA tem um importante potencial de interferência na construção da agenda política local e na tradução de um sistema de regras e princípios relativos à cultura, que são difundidos no processo de implementação do SNC.

Avaliando-se o teor do projeto em que se apresenta o Plano de Cultura da universidade, evidencia-se que os problemas e carências da região em relação à esfera cultural foram traduzidos a partir das diretrizes e metas do PNC. Isto é, a dificuldade dos gestores públicos de cultura apresentada à UFLA em implementar os Sistemas Municipais de Cultura, as deficiências técnicas dos agentes e gestores culturais e a oferta de atividades culturais diversificadas, o desconhecimento dos hábitos culturais da população, constatados na interação com agentes culturais e comunidade em geral, foram decodificadas e recodificadas como questões de política pública, que deveriam ser trabalhadas sob a perspectiva da formação e da estruturação das bases para a produção cultural local.

A realização dos Encontros e Fóruns de Cultura, realizados pela instituição para mobilizar a comunidade acadêmica e agentes e gestores culturais da região também é uma forma de mediação da universidade em relação às prefeituras municipais. Percebe-se que, ao mesmo tempo em que busca institucionalizar as ações culturais no ambiente interno, a UFLA atua sobre o ambiente externo à instituição, deflagrando a interlocução entre comunidade, universidade e poder público local, atendendo à prerrogativa do PNC de participação social na formulação e implementação de políticas de cultura.

Uma das experiências da UFLA no sentido da mediação com o público externo na área da cultura é a realização do Mapeamento Cultural do município de Lavras. Ele se constitui em uma ferramenta fundamental para a gestão da cultura, e a UFLA comparece nesse projeto com seus objetivos de extensão, aplicando sua capacidade para coletar informações, tratá-las, classificá-las e disponibilizá-las organizadas por temas, atores, instituições e com recursos de disposição geográfica.

Metodologicamente, o mapeamento se fundamenta na abordagem quantitativa para proporcionar uma compreensão mais densa da realidade cultural, catalogando as manifestações, atores e organizações, descobrindo inclusive eventos e pessoas nem sempre imediatamente visíveis para um público mais extenso. Do mesmo modo, os dados também permitem uma abordagem qualitativa com relação à memória, aos significados, aos sentidos e interpretações que os agentes culturais e os consumidores de cultura relacionam com a vida cultural da cidade. Assim, a primeira etapa é resultado de um levantamento de fontes e atores e subsidia a segunda etapa por meio de uma pesquisa de campo para identificar a percepção que a população local apresenta em relação à cultura. O questionário aplicado permitiu verificar o grau de conhecimento que os atores locais possuem em relação às políticas, atividades e eventos culturais, incorporando também escalas para avaliação da satisfação. Com o objetivo de divulgar

os resultados e proporcionar acesso, os dados foram lançados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

O início de uma nova gestão municipal em 2017 permitiu à UFLA intensificar as atividades, atuando diretamente na elaboração da I Conferência Municipal de Cultura no município polo da microrregião, com a participação de professores, alunos e técnicos administrativos. Esse evento foi possível porque a Prefeitura convocou a população e os atores culturais para participarem dos debates com especialistas em políticas culturais, legislação, produção de eventos, financiamento e captação de recursos, e elaboração de projetos. A Conferência culminou com escolha dos representantes da sociedade civil para a constituição do Conselho Municipal de Cultura que é referido no PNC.

Espera-se que, em decorrência do Mapeamento, o debate e a participação inspirem a demanda e a realização de ações na área da cultura, por exemplo com cursos, oficinas e palestras para capacitação de agentes culturais e formadores de público, e sejam uma forma de preparar a comunidade para a produção e fruição dos bens culturais.

Os mediadores constroem as representações das realidades em que intervêm (NEVES, 2008). Na interação entre esses dois universos configura-se, de um lado, a percepção do mediador sobre a realidade que observa, e do outro lado as representações apresentadas pelos mediados sobre o mediador, sobre o projeto em desenvolvimento.

Assim, ao instituir o seu Plano de Cultura a UFLA se autoatribui a autoridade como porta-voz, faz a “tradução” do discurso do Estado sobre a cultura, intervindo para o alcance de certos objetivos e metas elencados pela instituição entre aqueles apresentados no PNC, como a criação dos sistemas municipais de cultura, realização de mapeamentos culturais, capacitação de gestores de cultura.

A mediação social da universidade é exercida por meio do acionamento de suas competências para identificar, definir, reconhecer e legitimar o fato de que problemas sociais sejam consagrados como problemas políticos (REIS, 2010). Essa “aura de legitimidade” é respaldada pela comunidade externa, que percebe a instituição como um agente especializado, digno de confiança.

Para Neves (2008), os mediadores tendem a atribuir a si um papel de emancipador, uma vez que acumulam experiência e saberes diversos e transmitem outras visões de mundo aos mediados (NEVES, 2008). Em muitas circunstâncias, a relação tende a ter um caráter unilateral, na medida em que o mediador desconsidera, desqualifica e até mesmo nega a experiência acumulada pelo mediado.

Um trabalho de mediação que não leve em conta as estruturas socioculturais e os sistemas de significação em que a intervenção é realizada pode implicar em formas diversas de resistência dos mediados e na artificialidade das ações, que não conseguem alcançar em profundidade as questões que pretendem enfrentar.

Assim, a compreensão das lógicas de ação e das forças presentes em uma localidade, bem como as capacidades e limitações dos grupos com os quais se interage, requerem uma escuta qualificada por parte do mediador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto sociocultural em que se insere e atua a UFLA verifica-se que esta instituição, enquanto uma burocracia de rua, demonstrou o potencial da universidade para contribuir não apenas com a produção cultural local, mas também com a estruturação das políticas culturais dos municípios da sua área de influência. Verifica-se que a universidade pode ter um importante papel na difusão de conhecimento acerca da cultura, na capacitação de agentes e gestores culturais, na diversificação de uma programação contínua, que fomente debates essenciais para uma formação humanística dos sujeitos, como direito humanos, gênero e diversidade cultural.

Um dos grandes desafios que se colocam à implementação do SNC relaciona-se com a baixa capilaridade das políticas públicas nacionais em relação aos municípios do interior do Brasil, carecendo de uma implementação que reconheça a importância dos burocratas de rua e as especificidades dos contextos de ação nos quais a política será implementada. São inúmeras as dificuldades, como as condições infraestruturais e objetivas, relacionadas à má conservação das estradas, dificuldade de difusão de informações pela má qualidade do sinal de internet, pequeno número de técnicos governamentais disponíveis para dar suporte e assessorar os municípios (BARROS; OLIVEIRA JÚNIOR, 2013). Também se destacam a grande rotatividade de funcionários públicos municipais, já que o número de concursados é insuficiente, e o seu consequente despreparo para elaborar e implementar políticas de cultura. Pesa também a cultura política do país, por meio da qual não se efetivam em práticas o direito e o dever de participar nos espaços públicos de decisão.

Desse modo, avalia-se que a mediação pode ser extremamente benéfica à constituição de políticas culturais descentralizadas, coerentes, democráticas e perenes nas pequenas e médias cidades.

Contudo, identificam-se alguns aspectos que exigem especial atenção da UFLA no desenvolvimento do seu Plano de Cultura. O primeiro deles se relaciona à transformação do processo de mediação em ações de tutela, que, contrariamente ao propósito de induzir o comprometimento dos órgãos municipais de cultura, estimularia a sua passividade e dependência da universidade em relação ao fomento à produção e à fruição artístico-cultural, bem como à criação e ao aparelhamento de equipamentos culturais.

Outro aspecto a ser cuidado pela universidade relaciona-se à estruturação de ações que estejam em consonância com as demandas, expectativas e carências locais. Para isto, é necessária a criação de ambientes de diálogo e também de confronto de ideias na implementação do seu Plano de Cultura, de forma que se alcance um mínimo de consenso sobre a realidade em que se pretende intervir.

Barros e Oliveira Júnior (2013) destacam que os planos de cultura devem ser instrumentos de ação pactuada de instituições, organizações e sujeitos. Desse modo, não devem se ater às representações, demandas localizadas e individualizadas, sob o risco de não se efetivar o comprometimento das partes interessadas.

Da mesma forma, os Planos de Cultura não devem ser compreendidos como manuais que engessem a dinâmica de elaboração e atualização das políticas públicas, limitando o espaço para novos formatos e novas motivações (BARROS; OLIVEIRA JÚNIOR, 2013).

REFERÊNCIAS

- BARROS, J. M.; CERRETI, C. C. Cultura, educação e políticas públicas para o ensino superior: uma análise propositiva do Programa Mais Cultura nas Universidades. In: XI ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 11., 2015, Salvador. **Anais...** Salvador, realizado entre 11 e 14 de agosto de 2015.
- BARROS, J. M.; OLIVEIRA JÚNIOR, J. Minas Gerais e Brasil: o diálogo entre duas políticas culturais. In: BARBALHO, A.; BARROS, J. M.; CALABRE, L. (Orgs.). **Federalismo e políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013.
- BERNHEIM, C. T.; CHAUÍ, M. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior**. Brasília: UNESCO, 2008.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Estruturação, institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.
- CALABRE, L. **Cultura, educação e políticas públicas para o ensino superior: uma análise propositiva do Programa Mais Cultura nas Universidades**, 2009.
- CASTRO, J. A.; OLIVEIRA, M.G. Desenvolvimento e políticas públicas. In: MADEIRA, L.M. **Avaliação de políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. p.20-48.
- COSTA, B. L. D.; BRONZO, C. Intersetorialidade no enfrentamento da pobreza: o papel da implementação e da gestão. In: FARIA, C. A. P. (Org.). **Implementação de políticas públicas teoria e prática**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012. p.50-81.
- DEPONTI, C. M.; ALMEIDA, J. **Sobre o processo de mediação social nos projetos de desenvolvimento: uma reflexão teórica**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/622.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2015.
- FARIA, C. A. P. (Org.) **Implementação de políticas públicas teoria e prática**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.
- HUNGER, D. et al. O dilema extensão universitária. **Educação em Revista**, v.30, n.3, p.335-354, 2014.
- LIMA, L. L.; D´ASCENZI, L. Estrutura normativa e implementação de políticas públicas. In: MADEIRA, L. M. **Avaliação de políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. p.50-63.
- LIPSKY, M. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services**. Nova York: Russel Sage Foundation, 1980.
- LOTTA, G. S. O papel das burocracias do nível de rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A. P. (Org.). **Implementação de políticas públicas teoria e prática**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012. p.20-49.

MACHADO, R. M. Da indústria cultural à economia criativa. **ALCEU**, v.9, n.18, p.83- 95, jan./jun.2009.

MATOSO, R. **Cultura e desenvolvimento sustentável**. 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/difusaocultural/adminseminario/documentos/arquivo/MATOSOR.%20Cultura%20e%20desenvolvimento%20humano%20sustentavel.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2015.

MEDEIROS, M.; MARQUES, F. C. Dois mundos, duas linguagens: os processos de mediação social e a diversidade de conhecimentos na construção de projetos para o desenvolvimento rural. **Interthesis**, v.9, n.1, p.243-259, jan./jul. 2012.

NEVES, D. P. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, D. P. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

OLIVEIRA JÚNIOR, J. de. Plataforma Cultura 21: ações: uma agenda de compromissos para desenvolvimento das cidades. Disponível em: <<http://observatoriodadiversidade.org.br/site/plataforma-cultura21-acoes-uma-agenda-de-compromissos-para-desenvolvimento-das-cidades/>>. Acesso em: 1 jul. 2015.

OLIVEIRA, J. A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.40, n.1, p. 273-288, mar./abr.2006.

REIS, E. T. Em nome da “cultura”: porta-vozes, mediação e referenciais de políticas públicas no Maranhão. **Revista Sociedade e Estado**, v.25, n.3, set./dez. 2010.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos: Programa de Apoio a Gerência Social no Brasil, BID, 1997.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória na universidade. Disponível em: <www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2016.

SILVA, F. L. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estudos Avançados**, v.15, n.42, p. 295-304, 2001.